



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 415 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

“INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Faço saber que a Câmara Municipal de Araçuaí-MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Do Fundo Municipal de Meio Ambiente

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Araçuaí-MG - FMMA, com o objetivo de financiar a implementação de ações visando a restauração ou reconstituição do patrimônio ambiental, a defesa do meio ambiente, a regularização de unidades de conservação, as políticas florestal e de recursos hídricos, a educação ambiental, capacitação de pessoal, aperfeiçoamento, desenvolvimento e modernização de atividades ambientais.

CAPÍTULO II

Dos Recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente

Art. 2º – São receitas do FMMA:

- I** – recursos provenientes do pagamento de preços públicos pela expedição de licenças ambientais, certidões e autorizações, elaboração de pareceres e outros serviços prestados pelo órgão ambiental responsável;
- II** – produto das multas administrativas por atos lesivos ao meio ambiente;
- III** – o produto de condenações de ações judiciais relativas ao meio ambiente;
- IV** – os oriundos de convênio, termo de ajustamento de conduta, consórcios e acordos realizados com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V** – o resultado da arrecadação em licitações de produtos apreendidos decorrentes de infrações ambientais;
- VI** – rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
- VII** - os provenientes de dotações consignadas no orçamento do Município e os créditos adicionais;
- VIII** – doações feitas diretamente para o fundo;


Armando Jardim
Prefeito Municipal
CPF 659.172.356-00
CNPJ: 17.963.083/0001-17



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

Gabinete do Prefeito

IX – o produto das parcelas de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios, acordos ou contratos vinculados a ações de proteção ambiental;

X – valores provenientes de compensação ambiental devida em razão da implantação de atividade ou empreendimento de significativo impacto ambiental;

XI – transferências correntes provenientes de repasse pelo Poder Público Municipal ou oriundas da União, Estados ou outros Países, destinadas à execução de planos e programas na área da política de preservação do meio ambiente;

XII – 40% (quarenta por cento) das compensações financeiras destinadas ao Município relativa ao resultado da exploração de recursos minerais – CFEM

XIII - Os recursos provenientes do licenciamento ambiental de empreendimentos em qualquer atividade para o qual seja necessária;

XIV – Recursos provenientes do ICMS ecológico.

XV - outras receitas eventuais.

§ 1º – As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 2º – Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

§ 3º - Aquelas receitas provindas dos incisos deste artigo quando inscritas na Dívida Ativa, bem como, quando recuperadas para o Município através da execução fiscal serão revertidas ao FMMA.

Art. 3º – Os recursos do FMMA serão aplicados para:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do Meio Ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou privadas, de interesse ambiental, que visem:

a) o uso racional e sustentável de recursos naturais;

b) a proteção, recuperação, conservação e melhoria da qualidade ambiental;

c) a capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais, podendo, para tanto, celebrar termos de cooperação com entidades socioassistenciais, governamentais ou privadas sem fins lucrativos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

Gabinete do Prefeito

d) a educação e sensibilização voltadas à melhoria da consciência ambiental, inclusive realização de cursos, congressos e seminários;

e) o combate à poluição, em todas as suas formas, melhoria do esgotamento sanitário e destinação adequada de resíduos urbanos, industriais e da construção civil;

f) a gestão, manejo, criação e manutenção de unidades de conservação municipais ou de outras áreas de interesse ambiental relevante, inclusive áreas verdes, parques, praças e áreas remanescentes;

g) o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à melhoria ambiental e à construção do processo de sustentabilidade do município;

h) o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal de Meio Ambiente;

i) o desenvolvimento de turismo sustentável e ecologicamente equilibrado;

j) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA.

III – contratação de serviços de terceiros, inclusive assessoria técnica e científica, para elaboração e execução de programas e projetos ambientais;

IV – apoio ao desenvolvimento de atividades concernentes à implantação do Zoneamento Ecológico Econômico;

V – atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis, necessárias à execução da política municipal de meio ambiente;

VI – pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisa e proteção ambiental;

VII – outras ações de interesse e relevância pertinentes à proteção, recuperação e conservação ambiental do Município.

Art. 4º – A utilização dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente para o desenvolvimento de projetos dependerá sempre de parecer favorável do CODEMA.

Art. 5º – Os recursos do FMMA deverão ser aplicados por meio dos órgãos Federais, Estaduais, Municipais ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos deste Fundo.

Art. 6º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental- CODEMA editará resolução estabelecendo as regras e procedimentos para aplicação dos recursos do FMMA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único – Deverá ser editada resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos e programas a serem contemplados pelo FMMA, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

Art. 7º – Os recursos do FMMA não poderão ser usados:

I – para pagamento de pessoal do serviço público que não esteja a serviço da política municipal de proteção ao meio ambiente;

II – para financiar projetos incompatíveis com a Política Municipal de Meio Ambiente, assim como os contrários a quaisquer normas ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

Art. 8º – Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas:

I – Unidade de Conservação (APAs, Parques, Reservas);

II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;

III – Educação Ambiental;

IV – Manejo e Extensão Florestal;

V – Modernização Administrativa;

VI – Acidentes e Controle Ambiental (voçorocas, erosões);

VII – Aproveitamento Econômico Racional Sustentável da Flora e Fauna Nativas;

VIII – Áreas de Preservação Permanente;

IX – Recuperação do passivo ambiental, do Patrimônio Público Municipal.

X – Saneamento Ambiental

Art. 9º – O saldo financeiro do FMMA será apurado em balanço ao final de cada exercício, sendo transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 10 – Os recursos previstos no artigo 2º desta Lei deverão ser transferidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente, tão logo estejam disponíveis.

CAPÍTULO III



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

Gabinete do Prefeito

Da Administração do Fundo

Art. 11 - O FMMA será administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Araçuaí, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA e suas contas submetidas à apreciação do Conselho e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 12 - Compete ao CODEMA estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos deste Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

CAPÍTULO IV Das Disposições Finais

Art. 13 - As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA.

Art. 14 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçuaí/MG, 20 de Dezembro de 2017.


Armando Jardim Paixão
Prefeito Municipal
F 659.172.356-00
CNPJ: 17.963.083/0001-17
Armando Jardim Paixão
Prefeito Municipal